

IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE O MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ATÉ SETEMBRO DE 2020

*Lauro Mattei**

*Vicente Loeblein Heinen***

*Maria Eduarda Munaro****

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar os impactos da Covid-19 no mercado formal de trabalho de Santa Catarina em 2020 à luz do comportamento do emprego formal no país. Para tanto, foram utilizadas informações do Novo Caged, separadas em três períodos distintos: antes do início da pandemia, durante a fase aguda da pandemia e no período de recuperação das atividades econômicas. Esses dados foram analisados a partir dos seguintes quesitos qualitativos: grupamentos de atividades, sexo, faixa etária e grupamento ocupacional dos trabalhadores. As principais conclusões indicam que, tanto no Brasil como em Santa Catarina, os setores mais afetados foram os de comércio; alojamento e alimentação; transportes, armazenagem de cargas e correios; e serviços administrativos, enquanto o setor da indústria de transformação, que havia sido fortemente afetado na fase aguda da pandemia, apresentou o melhor desempenho na retomada das atividades econômicas. Além disso, as mulheres foram as mais afetadas durante a pandemia, sendo também as mais prejudicadas no período de recuperação, quando a maior parte das vagas foi destinada aos homens. Finalmente, o emprego dos jovens foi mais afetado durante a fase mais aguda da pandemia, porém recuperado no período de retomada das atividades, enquanto as pessoas mais idosas sofreram maiores restrições para permanecer no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Brasil; Santa Catarina; Covid-19; mercado formal de trabalho

THE COVID-19 IMPACTS ABOVE FORMAL LABOR MARKET OF SANTA CATARINA STATE UNTIL SEPTEMBER 2020

Abstract: The aim of this paper is to analyze the Covid-19 impacts above formal labor market in Santa Catarina State in 2020 in comparison with formal labor market behavior in the all country, explained by statistical data from Economy Ministry. These data were classified in three different periods: one before de beginning of pandemic, another during the pandemic, and other after the economic activities recovery. Moreover, the main quality information used was the activities groups, the workers gender, the age, and the occupation sectors. The main conclusions showed for both Brazil and Santa Catarina State that commerce, accommodation and foods, administrative services, transportations

* Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do NECAT-UFSC e Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

** Estudante de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). E-mail: vicenteheinen@gmail.com.

*** Estudante de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). E-mail: munaro19@gmail.com.

and mail sectors were the most affected. In the other side, the industry transformation sector had the better results after the economic activities recovery. Furthermore, the women were the groups more affected during the pandemic and also during the economic activities recovery because the most of occupation was allocated for the men. Finally, the young job was more affected during the pandemic and recovery very fast when the economic activities return to normal. In opposite situation were the old age people because they have more restrictions to continue in the formal labor market.

Keywords: Brazil; Santa Catarina State; Covid-19; formal labor market.

INTRODUÇÃO

Partindo da divisão do mercado de trabalho entre formal e informal, alguns autores definem o mercado formal de trabalho como um conjunto de relações contratuais de trabalho estabelecidas e regidas, em grande medida, por um conjunto de leis específicas (MATTOSO, 1999; CHAHAD, 1999). Além disso, o mercado formal também pode ser analisado à luz dos trabalhadores que possuem contratos legais e regulamentados para trabalhar, tanto no setor público como no privado, além de ter acesso aos direitos previdenciários, aos programas de proteção social e aos sistemas de aposentadorias (CACCIAMALI, 1999).

A crise econômica da década de 1980 deu início a um processo de redução do emprego formal, o qual foi fortemente ampliado na década de 1990 em função da política de estabilização e liberalização econômica adotada pelo país durante os governos FHC. Com isso, o nível de informalidade no país saltou de 36%, em 1986, para 59%, em 1999 (RAMOS, 2002).

Após duas décadas de redução da proporção dos trabalhadores que adentravam ao espaço ocupacional sem acesso a direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, no início do século XXI ocorreram importantes alterações no mercado de trabalho brasileiro. Com a formalização do mercado de trabalho, especialmente no período entre 2000-2014, houve um crescimento da renda real do trabalho, conjugada com redução das desigualdades de rendimentos (MATTOS, 2015). Segundo esse autor, para que tal comportamento ocorresse, foi decisivo o crescimento do PIB do país por vários anos seguidos.

Após esse período, o país ingressou em um novo processo de deterioração de seu mercado formal de trabalho, cujas características são muito semelhantes ao que foi observado na década de 1990. Nesse sentido, o processo atual é caracterizado por duas tendências básicas: o crescimento expressivo da informalidade e a degradação das condições de trabalho das próprias ocupações formais.

A primeira tendência está associada à queda no nível de atividade econômica (especialmente nos setores mais dinâmicos, que tendem a oferecer postos de trabalho mais qualificados), que se refletiu em uma redução na oferta de empregos formais e do patamar salarial desses postos de trabalho. Diante da dificuldade de se alocar no mercado formal de trabalho ou da insuficiência da remuneração obtida, uma massa de trabalhadores passa a assumir ocupações informais, seja para complementar sua renda ou mesmo para garantir uma fonte mínima de sobrevivência (CACCIAMALI, 1999).

Assim, a crise econômica nacional deflagrada em 2014 levou não somente à ascensão do desemprego, mas também ao crescimento acelerado da informalidade no país. Entre o início de 2014 e de 2020, o grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro caiu de 55,2% para 52,7%, puxado pela contração do emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado e pela consequente expansão do emprego sem carteira e do trabalho por conta própria (MATTEI; HEINEN, 2020).

A segunda tendência também está associada à crise econômica, entretanto se insere em um contexto histórico de desregulamentação do mercado de trabalho, que ganhou força nos últimos anos¹. Com as mudanças recentes na legislação trabalhista, o emprego formal no Brasil tem se tornado cada vez mais flexível, experimentando uma profunda redução de seu grau de proteção social (KREIN *et al*, 2018).

A tendência de ampliação da parcela dos trabalhadores que se encontram em ocupações com pouco ou nenhum nível de proteção social potencializou os efeitos negativos da pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro. Apesar de terem sido solapados ao longo dos últimos anos, os direitos trabalhistas mínimos ainda garantidos aos celetistas certamente fizeram falta aos trabalhadores informais que perderam suas ocupações em meio à pandemia.

¹ A regulamentação do mercado de trabalho depende do “grau de organização política e social da nação e se apresenta como um conjunto de instituições públicas (estatais e civis) e normas legais que visam fornecer os parâmetros mínimos de demarcação e funcionamento do mercado de trabalho, notadamente no que diz respeito ao uso do trabalho (regulamentação das condições de contratação, demissão e da jornada de trabalho), sua remuneração (regulamentação das políticas e reajustes salariais em geral e do salário mínimo) e proteção ou assistência social aos ocupados e desempregados (regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, da política previdenciária, das práticas de formação e requalificação profissional, da ação sindical e da Justiça do Trabalho)” (CARDOSO JR, 2001, p. 34). Diversas mudanças na regulação das relações de trabalho têm levado à fragilização do emprego formal no Brasil desde 1980. Dentre as mais recentes, podemos destacar a Lei Complementar nº 128 de 2008 (que impulsionou relações de emprego disfarçada, transformando assalariados em pessoas jurídicas), a Lei nº 13.429 de 2017 (que estendeu a terceirização para atividades-fim), a reforma trabalhista de 2017 (que promoveu uma série de desfigurações na CLT) e a reforma da previdência de 2019 (que limitou enormemente o acesso à rede de benefícios sociais).

Particularmente no caso dos empregados informais, é importante salientar que a própria desproteção desses trabalhadores fez com que eles fossem mais facilmente demitidos. De acordo com as projeções realizadas por Barbosa, Costa e Hecksher (2020), a probabilidade de perda de emprego na fase inicial da pandemia foi de 8% entre os empregados com carteira assinada, chegando a cerca de 20% entre os empregados sem carteira.

Embora conte com um mercado de trabalho historicamente melhor estruturado em relação ao restante do país, Santa Catarina também foi fortemente atingida pelas tendências anteriormente mencionadas. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar os impactos da crise associada à Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho do brasileiro, em geral, e catarinense, em particular.

Para tanto, serão utilizadas as informações mensais do Novo Caged, disponibilizados pela Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (SEPrT/ME). Em razão das modificações na forma de captação e de divulgação dos dados do Caged, houve uma perda significativa na quantidade de variáveis e no grau de desagregação das informações disponíveis ao público². Assim, as variáveis utilizadas neste trabalho resumem-se à distribuição dos vínculos formais de trabalho por setor de atividade econômica, por sexo e faixa etária dos trabalhadores e por grupamento ocupacional. A análise compreende o período entre janeiro e setembro de 2020, cujos dados estão disponíveis no Painel de Informações do Novo Caged.

Além desta seção introdutória, o artigo conta com mais quatro seções. A primeira compara a evolução do emprego formal no Brasil e em Santa Catarina, enquanto a segunda analisa o comportamento do mercado formal de trabalho no conjunto do país, a partir dos indicadores selecionados. A terceira seção situa o estado nesse cenário, incluindo uma análise sobre os municípios mais atingidos durante a pandemia. Por fim, a quarta seção apresenta as conclusões do estudo.

1. A DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

A crise associada à pandemia da Covid-19 provocou uma acelerada perda de ocupações no Brasil, com impactos em todas as unidades da federação. Para dimensionar esse impacto sobre o emprego formal, a Tabela 1 apresenta a evolução mensal do estoque,

² A apresentação dessas mudanças pode ser conferida em SERrT (2020). Para uma análise das implicações da substituição da captação dos dados do Caged pelo eSocial para as estatísticas do emprego formal, ver Almeida *et al* (2020).

das admissões, dos desligamentos e do saldo de vínculos formais de trabalho no Brasil e Santa Catarina entre janeiro e setembro de 2020.

Tabela 1 – Evolução mensal de estoque, admissões, desligamentos e saldo – série com ajustes (Brasil e Santa Catarina, janeiro a setembro de 2020).

	Brasil				Santa Catarina			
	Estoque	Admissões	Deslig.	Saldo	Estoque	Admissões	Deslig.	Saldo
jan/20	38.924.991	1.492.991	1.378.783	114.208	2.108.652	115.921	86.732	29.189
fev/20	39.149.418	1.593.985	1.369.558	224.427	2.129.298	114.499	93.853	20.646
mar/20	38.881.356	1.438.693	1.706.755	-268.062	2.121.322	90.823	98.799	-7.976
abr/20	37.941.693	642.781	1.582.444	-939.663	2.043.827	34.716	112.211	-77.495
mai/20	37.579.431	741.281	1.103.543	-362.262	2.019.559	47.553	71.821	-24.268
jun/20	37.554.890	931.986	956.527	-24.541	2.022.567	61.405	58.397	3.008
jul/20	37.694.602	1.131.473	991.761	139.712	2.037.396	78.311	63.482	14.829
ago/20	37.938.622	1.264.634	1.020.614	244.020	2.055.557	87.587	69.426	18.161
set/20	38.252.186	1.379.509	1.065.945	313.564	2.080.384	99.188	74.361	24.827
Acumulado	-1,4%	10.617.333	11.175.930	-558.597	0,0%	730.003	729.082	921

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Considerando-se o saldo acumulado no ano, nota-se que o Brasil apresentou uma queda de 558.597 vínculos, enquanto Santa Catarina apresentou um acréscimo de 921 vínculos formais de trabalho. No período anterior à pandemia, tanto o mercado formal de trabalho nacional quanto o estadual, registraram saldos positivos, seguindo a tendência sazonal de aumento das contratações nos primeiros meses do ano. Assim, o Brasil apresentou saldo de 115.368 vínculos em janeiro e de 226.815 vínculos em fevereiro, acumulando variação relativa de 0,9%. No mesmo período, Santa Catarina apresentou saldos de 29.207 e 20.761, respectivamente, com crescimento acumulado de 2,4%, percentual que revelava uma situação bem mais confortável no estado em relação ao conjunto do país.

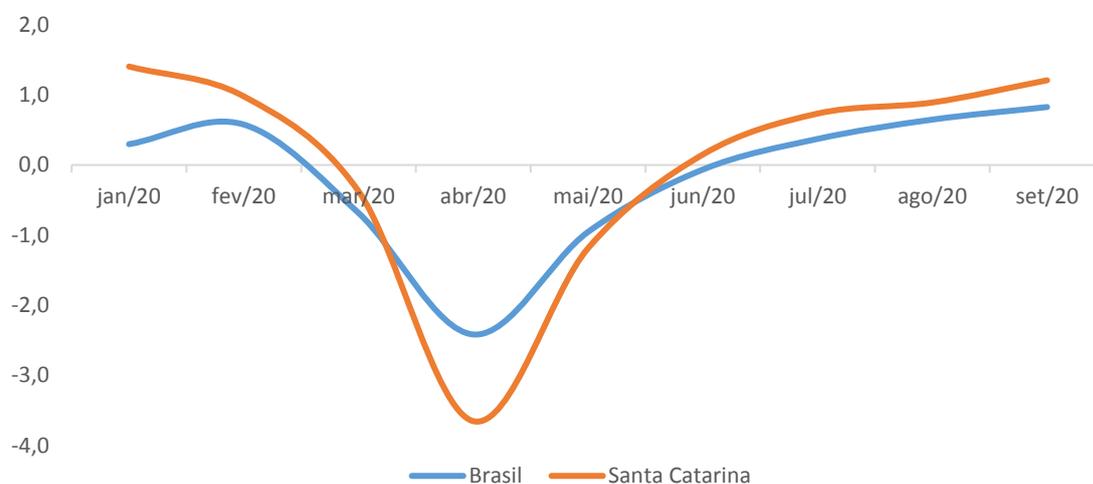
Passados esses dois meses tornaram-se visíveis os graves impactos da pandemia sobre o emprego formal. Ambas as esferas apresentaram saldos negativos entre março e maio, período em que o país perdeu 1.569.948 postos formais de trabalho, sendo 109.214 deles localizados em Santa Catarina. Essa queda representou a perda de 4% de todos os empregos formais do país e 5,2% no caso particular do estado catarinense.

A queda no estoque de empregos no estado de Santa Catarina cessou no mês de junho, enquanto no Brasil a mesma só ocorreu em julho. Deste mês até setembro, foram recuperadas 672.828 vagas no Brasil e 60.825 em Santa Catarina, correspondendo,

respectivamente, a 43% e 56% dos postos formais de trabalho perdidos no período anterior. Com isso, nota-se que entre os meses de julho e setembro o estoque de empregos formais cresceu 1,8% no país e 3% no estado catarinense. Assim, no mês de setembro de 2020 o mercado formal de trabalho catarinense conseguiu retornar aos patamares do final de 2019, porém acumulando uma variação praticamente nula no estoque de postos formais de trabalho. Já no caso do Brasil, a variação ainda continuava negativa ao final da série, com queda da ordem de 1,4%.

De uma maneira geral, Santa Catarina seguiu as tendências nacionais, como podemos observar a partir dos dados contidos no Gráfico 1, muito embora seja necessário ressaltar alguns pontos específicos desse comportamento. Por um lado, verifica-se que Santa Catarina apresentou queda mais acelerada no período correspondente à retração do emprego formal e, por outro, uma retomada mais acelerada no período entre os meses de junho a setembro. Parte desse comportamento se justifica pelo fato de que, tanto as medidas de isolamento social como sua posterior flexibilização começaram antes em Santa Catarina, com relação ao restante do país (HEINEN; MATTEI, 2020).

Gráfico 1 – Variação relativa do estoque de vínculos formais de trabalho – série com ajustes (%), Brasil e Santa Catarina, janeiro a setembro de 2020).



Fonte: NOVO CAGED (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Em função desses movimentos, neste artigo recorreremos a três períodos distintos para compreender os impactos associados à pandemia da Covid-19 sobre o mercado formal de trabalho catarinense. O primeiro considera o acumulado referente aos meses de janeiro e fevereiro, sendo o período pré-pandemia. O segundo considera o acumulado entre os meses de março a maio, correspondente ao período de maior retração do emprego

formal. Por fim, o terceiro considera o acumulado referente aos meses de junho a setembro, período de início de recuperação dos postos de trabalho perdidos.

2. A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL SEGUNDO ALGUNS INDICADORES

Para compreender as principais características desse processo, esta seção analisa o comportamento do emprego formal no Brasil nos três períodos compreendidos entre janeiro e setembro de 2020, a partir dos indicadores de setor de atividade econômica, sexo, faixa etária e grupamento de ocupação dos trabalhadores.

A Tabela 2 apresenta os saldos do emprego formal no período, por grupamento de atividade econômica. Em razão das características da crise associada à pandemia, os setores mais atingidos foram aqueles relacionados aos serviços prestados às famílias, que exigem maior contato físico entre as pessoas. Essas características se sobressaem, especialmente no setor de serviços de alojamento e alimentação, que apresentou os piores resultados no acumulado do ano, tendo fechado 347.792 vagas, o que corresponde a 17,5% de todos os postos formais de trabalho desse grupamento. Além dos serviços de alojamento e alimentação terem sido fortemente atingidos entre março e maio de 2020, quando fecharam 291.440 vagas, eles não apresentaram recuperação no terceiro período, tendo queda de 75.583 empregos formais entre junho e setembro.

O comércio é o setor mais expressivo do mercado formal de trabalho brasileiro, concentrando 24% de todos os seus vínculos ao final de 2019. Ao ser diretamente afetado pelas medidas de restrição à circulação de pessoas e pela queda na renda das famílias, esse setor fechou 345.677 mil postos formais de trabalho desde janeiro, registrando o segundo pior saldo dentre todos os setores. Em termos relativos, houve uma queda da ordem de 3,7% em seu estoque de empregos formais no acumulado do ano. Essa queda se explica principalmente pelo saldo do setor no período mais agudo da crise (março a maio), quando foram fechadas 430.247 vagas (majoritariamente localizadas no comércio varejista), e, em menor medida, por seu desempenho nos dois primeiros meses do ano, quando já havia perdido 39.061 vínculos. Entre junho e setembro de 2020, o comércio recuperou 123.631 vagas, o que equivale a cerca de $\frac{1}{4}$ dos postos de trabalho perdidos nos períodos anteriores.

Tabela 2 – Saldo por grupamento de atividade econômica (Brasil, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Estoque/2019	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado	Var. (%)
Agropecuária	1.487.079	20.218	2.865	79.384	102.467	6,9
Comércio	9.317.359	-39.061	-430.247	123.631	-345.677	-3,7
Construção	2.166.925	60.166	-112.172	154.114	102.108	4,7
Água e saneamento	329.765	2.541	-5.098	1188	-1.369	-0,4
Eletricidade e gás	125.966	-39	207	-16	152	0,1
Indústrias de transformação	6.840.134	96.099	-343.454	246.401	-954	0,0
Indústrias extrativas	213.892	1.415	-1.990	3.435	2.860	1,3
Administração pública, defesa e seguridade social	812.900	10.873	3.830	-1.275	13.428	1,7
Educação	1.800.832	63.733	-32.841	-58.247	-27.355	-1,5
Saúde humana e serviços sociais	2.369.688	16.256	14.584	47.857	78.697	3,3
Alojamento e alimentação	1.989.525	19.231	-291.440	-75.583	-347.792	-17,5
Atividades administrativas e serviços complementares	4.536.926	28.337	-157.116	116.789	-11.990	-0,3
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	920.280	3.713	-7.383	1.505	-2.165	-0,2
Atividades imobiliárias	159.479	2.335	-5.274	2.526	-413	-0,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.128.026	18.840	-36.055	26.483	9.268	0,8
Informação e comunicação	873.114	9.162	-19.806	20.747	10.103	1,2
Outros serviços	1.351.351	17.121	-58.788	-12.577	-54.244	-4,0
Serviços domésticos	3.624	9	-70	50	-11	-0,3
Transporte, armazenagem e correio	2.382.758	7.718	-89.700	-3.584	-85.566	-3,6
Total	38.809.623	338.667	-1.569.948	672.828	-558.597	-1,4

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

A terceira maior queda absoluta no acumulado foi a de transporte, armazenagem e correio, que perdeu 85.566 vínculos, acumulando variação de -3,6%. Esse resultado se deve, principalmente, às demissões no transporte rodoviário coletivo de passageiros, cujas atividades foram reduzidas em razão do risco iminente de aglomerações. Com isso, o setor ainda não logrou recuperar as 89.700 vagas perdidas entre março e maio.

Além desses casos, há dois setores cujo saldo acumulado no ano permanece negativo em razão da manutenção da trajetória de queda no terceiro período considerado. O primeiro deles é classificado como “outros serviços”, que reúne basicamente atividades culturais, de organizações associativas e de serviços pessoais e que perdeu 54.244 mil postos formais de trabalho desde o início do ano, registrando queda de 4% no estoque de empregos. O segundo é o setor da educação, que encerrou 27.355 vínculos entre janeiro e setembro, apresentando saldo negativo (-58.247) particularmente a partir de junho.

Em outros setores, a acentuada queda do emprego observada entre março e maio foi compensada pelos saldos nos demais períodos, fazendo com que eles retornassem a patamares semelhantes aos do ano anterior. Nesse grupo, encontram-se as indústrias de

transformação, os serviços industriais de utilidade pública e as atividades administrativas, financeiras, imobiliárias, profissionais, científicas e técnicas, cujas variações no estoque de empregos formais foram praticamente nulas no acumulado do ano.

Dentre esses casos, vale destaque o setor de indústrias de transformação, que representa aproximadamente 17% dos empregos formais do país. Após registrar saldo positivo nos dois primeiros meses do ano, esse setor apresentou uma profunda queda no segundo período, quando perdeu 343.454 postos formais de trabalho, sobretudo nos segmentos têxtil-vestuário e calçadista. Entre junho e setembro, o saldo desse setor foi de 246.401 vagas, representando a recuperação de cerca de 70% dos empregos perdidos no período mais agudo da crise.

Já entre os setores que apresentaram crescimento no acumulado do ano, o destaque ficou por conta da agropecuária (6,9%), da construção (4,7%) e da saúde e serviços sociais (3,3%). No primeiro caso, o desempenho se explica pelo fato de que o setor primário praticamente não teve suas atividades paralisadas durante a pandemia, além de ter sido impulsionada pela maior demanda (em grande medida externa) por alimentos. Assim, a agropecuária gerou 102.467 empregos formais desde o começo do ano, sendo este um resultado bastante atípico para o setor, que tende a empregar pouca mão-de-obra com registro.

Assim como a indústria de transformação, a construção também foi fortemente afetada nos primeiros meses da pandemia, tendo fechado 112.172 vínculos formais de trabalho entre março e maio. No entanto, a retomada desse setor foi muito mais robusta no período seguinte, quando gerou 154.114 vagas. Somente entre junho e setembro, o estoque de empregos do setor cresceu 13%, com destaque para as obras de infraestrutura³. Com isso, a construção acumulou saldo de 102.108 vínculos desde o início de 2020.

O crescimento do emprego formal nas áreas da saúde e da assistência social tem clara relação com a contenção da pandemia e seus efeitos sobre a população. Assim, esse grupamento seguiu sua trajetória de crescimento mesmo durante a pandemia, criando vagas, sobretudo entre junho e setembro. No acumulado do ano, seu saldo foi de 78.697 postos formais de trabalho.

³ Esse desempenho pode estar associado à aproximação das eleições municipais, quando as obras urbanas tendem a crescer aceleradamente.

Por fim, os setores de administração pública, defesa e seguridade social (1,7%), indústria extrativa (1,3%) e serviços de informação e comunicação (1,2%) foram pouco afetados pela crise associada à pandemia, acumulando saldos levemente positivos no ano.

A Tabela 3 apresenta a distribuição do saldo de empregos formais por sexo no Brasil entre janeiro e setembro de 2020. No período pré-pandemia, foram gerados 201.057 vínculos masculinos e 137.578 femininos. Nos primeiros meses da pandemia, ambos os sexos apresentaram quedas semelhantes, com perda de 867.206 vagas entre os homens e 702.781 entre as mulheres. No entanto, o mesmo não ocorreu no terceiro período, quando foram recuperados 558.514 postos formais de trabalho ocupados por homens, mas apenas 114.241 ocupados por mulheres. Com isso, o saldo de empregos formais perdidos pelas mulheres (-450.962) foi quatro vezes maior que o dos homens (-107.635) no acumulado do ano. Esse resultado pode estar associado à sobrecarga das mulheres com afazeres domésticos, sobretudo tendo em vista o fechamento de creches e escolas (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020).

Tabela 3 – Saldo por sexo (Brasil, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Homens	201.057	-867.206	558.514	-107.635
Mulheres	137.578	-702.781	114.241	-450.962
Total	338.635	-1.569.987	672.755	-558.597

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

A Tabela 4 apresenta o saldo de empregos formais por faixa etária no Brasil. No período pré-pandemia, a maioria das faixas apresentou saldos positivos, com destaque para a faixa etária de 18 a 24 anos, que concentrou cerca da metade das novas vagas do período. As únicas faixas que apresentaram queda no período foram as de 50 a 64 anos (-18.555) e 65 anos ou mais (-9.948).

No período entre março e maio, os mais prejudicados foram os trabalhadores na faixa de 30 a 39 anos (-449.557), seguidos pelos jovens de 18 a 24 anos (-301.670). O único saldo positivo do período ficou por conta dos menores de idade (-9.787).

Já no terceiro período, se observa que a retomada foi mais robusta em relação aos trabalhadores mais jovens, uma vez que o melhor desempenho ocorreu na faixa entre 18 e 24 anos (430.388), seguido pela de 25 a 29 anos (141.143) e de 30 a 39 anos (131.820). Por outro lado, os trabalhadores mais idosos seguem sendo os mais prejudicados,

principalmente na faixa de 50 a 64 anos, que perdeu 106.541 postos formais de trabalho entre junho e setembro de 2020. Assim, essa faixa etária também apresentou o pior saldo no acumulado do ano (-365.706). Em parte, esse comportamento pode estar associado à menor capacidade dos trabalhadores mais idosos em se adaptar a nova realidade do mundo do trabalho, uma vez que o teletrabalho cresceu enormemente no período. Além disso, o fator população de risco pode ter contribuído para essa menor alocação das pessoas com idade mais avançada⁴.

Tabela 4 – Saldo por faixa etária (Brasil, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Até 17 anos	61.782	9.787	80.320	151.889
18 a 24 anos	174.225	-301.670	430.388	302.943
25 a 29 anos	42.307	-271.129	141.143	-87.679
30 a 39 anos	57.264	-449.557	131.820	-260.473
40 a 49 anos	31.560	-283.796	25.151	-227.085
50 a 64 anos	-18.555	-240.610	-106.541	-365.706
65 anos ou mais	-9.948	-33.012	-29.526	-72.486
Total	338.635	-1.569.987	672.755	-558.597

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

A Tabela 5 apresenta a evolução do emprego formal por grupamento ocupacional no Brasil. No acumulado do ano, o pior resultado foi o do grupamento de trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, que perderam 586.401 vínculos. Esse resultado se deve, sobretudo, às perdas registradas entre março e maio, associadas, em grande medida, ao desempenho do setor de comércio varejista e dos serviços de alojamento e alimentação.

Além desse grupamento, também houve queda significativa no acumulado do ano entre os trabalhadores de serviços administrativos (-178.343 vínculos) e os membros superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes (-64.718). A diferença entre esses dois grupamentos é que o impacto sobre o primeiro se concentrou mais entre março e maio, enquanto o segundo acumulou perdas em todos os períodos considerados entre janeiro e setembro de 2020.

⁴ Cf. O GLOBO. Desemprego entre idosos: com risco à saúde e exclusão digital, pandemia agrava situação dos maiores de 60 anos, 18 out. 2020. Disponível em: <oglobo.globo.com/economia/2020/10/18/2270-desemprego-entre-idosos-com-risco-saude-exclusao-digital-pandemia-agrava-situacao-dos-maiores-de-60-anos>.

O melhor resultado foi aquele verificado com os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, que acumularam 151.552 novos vínculos. Esse desempenho se deve à forte recuperação desse grupamento entre junho e setembro, quando foram retomadas praticamente todas as vagas perdidas no período anterior (cerca de 450 mil vínculos).

Tabela 5 – Saldo por grupamento ocupacional (Brasil, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	13.466	-34.362	9865	-11.031
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	158.817	-459.494	452.229	151.552
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	5.640	-9.669	100.087	96.058
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	20.727	-602.769	-4.359	-586.401
Trabalhadores de serviços administrativos	37.667	-317.235	101.225	-178.343
Técnicos de nível médio	50.152	-81.961	33.985	2.176
Profissionais das ciências e das artes	60.064	-16.422	-5.540	38.102
Membros superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	-7.912	-47.975	-8.831	-64.718
Não identificado	14	-100	-5.906	-5.992
Total	338.635	-1.569.987	672.755	-558.597

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Além disso, também vale destacar o crescimento do grupamento dos trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca, com saldo de 96.058 vínculos no acumulado do ano. Nos demais grupamentos, os saldos foram pouco expressivos, indicando uma lenta retomada dos empregos formais perdidos no período mais agudo da crise.

3. A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM SANTA CATARINA SEGUNDO ALGUNS INDICADORES

A Tabela 6 apresenta os saldos do emprego formal por grupamento de atividade econômica em Santa Catarina entre janeiro e setembro de 2020. O setor mais atingido no conjunto do período foi o de serviços de alojamento e alimentação, que perdeu 20.733 postos formais de trabalho, registrando retração de 21,2% e sendo o pior desempenho dentre todos os setores. No primeiro período (janeiro e fevereiro), seu saldo acumulado foi de 823 vínculos. Já no segundo período (março a maio), o setor teve saldo negativo de 17.388 vínculos, resultado negativo que voltou a ocorrer no terceiro período (junho a setembro), quando os serviços de alojamento e alimentação apresentaram nova queda de

4.168 vínculos. Tal comportamento resultou numa perda acumulada no período considerado de mais de 20 mil vínculos formais de trabalho.

Tabela 6 – Saldo por grupamento de atividade econômica (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Estoque/2019	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado	Var. (%)
Agropecuária	40.224	2.785	-3.127	130	-212	-0,5
Comércio	464.306	-2.587	-23.238	8.618	-17.207	-3,7
Construção	100.938	4.795	-4.447	4.265	4.613	4,6
Água e saneamento	15.970	140	-378	54	-184	-1,2
Eletricidade e gás	7.499	54	-42	-18	-6	-0,1
Indústrias de transformação	660.548	26.254	-41.263	32.691	17.682	2,7
Indústrias extrativas	6.997	62	-48	60	74	1,1
Administração pública, defesa e seguridade social	23.817	4.390	588	-237	4.741	19,9
Educação	71.104	2.384	-1.437	-2.301	-1.354	-1,9
Saúde humana e serviços sociais	74.656	882	-837	1.660	1.705	2,3
Alojamento e alimentação	97.759	823	-17.388	-4.168	-20.733	-21,2
Atividades administrativas e serviços complementares	187.398	4.731	-7.518	15.135	12.348	6,6
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	36.162	148	-221	292	219	0,6
Atividades imobiliárias	7.267	152	-283	226	95	1,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas	56.911	1.196	-896	2.184	2.484	4,4
Informação e comunicação	45.253	1.184	-1.571	1.359	972	2,1
Outros serviços	59.124	1.366	-2.551	-284	-1.469	-2,5
Serviços domésticos	256	-1	-14	11	-4	-1,6
Transporte, armazenagem e correio	123.256	1.295	-4.543	1.148	-2.100	-1,7
Total	2.079.445	50.053	-109.214	60.825	1.664	0,1

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

O segundo pior resultado no saldo acumulado do ano foi do comércio, com perda de 17.207 postos formais de trabalho. Mesmo antes da pandemia, o setor já apresentava resultado negativo, tendo em vista os 2.587 vínculos perdidos nos dois primeiros meses de 2020. Essa situação se agravou no segundo período, quando as medidas de isolamento social necessárias ao combate da pandemia levaram ao fechamento de diversos estabelecimentos de varejo, ocasionando a perda de outros 23.238 vínculos no setor. Já no terceiro período houve um saldo positivo de 8.618 vínculos, porém insuficiente para compensar os desligamentos dos períodos anteriores. Com isso, o comércio apresentou a segunda maior queda relativa no acumulado do ano (-3,7%).

A terceira maior queda absoluta no acumulado do ano foi a do setor de transporte, armazenagem e correio, que representou o fechamento de 2.100 vínculos. Com relação ao estoque do final de 2019, essa queda representou uma variação negativa de 1,7%. Esse resultado se deve a um saldo positivo de 1.295 vínculos nos dois primeiros meses do ano,

a perda de 4.543 vínculos na fase mais aguda da pandemia e uma incipiente recuperação, com saldo de 1.148 vínculos entre junho e setembro.

Embora tenham sido relativamente menos afetados, os grupamentos de outros serviços (-1.469); educação (-1.354); agropecuária (-212); água e saneamento (-184); eletricidade e gás (-6) e serviços domésticos (-4); também chegaram a setembro com quedas acumuladas no ano. Com relação ao estoque de empregos de 2019, esses setores sofreram quedas de 2,5%, 1,9%, 0,5%, 1,2%, 0,1% e 1,6%, respectivamente.

Por outro lado, alguns setores apresentaram resultados positivos no acumulado, seja por terem gerado boa quantidade de vagas nos primeiros meses do ano, por terem sido menos afetados pelo cenário pandêmico ou por terem apresentado uma recuperação mais acelerada a partir de junho. Assim, o setor com melhor resultado no acumulado foi o das indústrias de transformação, com saldo de 17.682 vínculos e variação de 2,7% no ano. Esse resultado contou com contribuição importante do desempenho do setor no período pré-pandemia, quando seu saldo foi de 26.254 vínculos. Já no período de março a maio a indústria registrou o pior resultado entre todos os setores, tendo perdido 41.263 vínculos. Nessa fase crítica, o destaque ficou por conta das demissões nos ramos de confecção de artigos de vestuário e acessórios e da fabricação de produtos têxteis. Após ter apresentado a queda mais intensa, a indústria de transformação também apresentou a recuperação mais expressiva dentre todos os grupamentos de atividades, registrando saldo de 32.691 vínculos entre junho e setembro, puxado pela fabricação de produtos alimentícios e de produtos de borracha e material plástico. Essa recuperação foi fundamental para anular a queda do emprego no período mais agudo da crise, uma vez que o setor concentra 32% do mercado formal de trabalho catarinense.

O segundo setor com melhor resultado foi o das atividades administrativas e serviços complementares, que gerou 12.348 novas vagas entre janeiro e setembro de 2020, sendo puxada pelo subsetor de seleção, agenciamento e locação de mão de obra. No primeiro período, seu saldo foi de 4.731 vínculos, seguido por queda de 7.518 vínculos no segundo período e recuperação de 15.135 vínculos no terceiro período. No acumulado, o resultado representou uma variação de 6,6%.

Administração pública, defesa e seguridade social foi o setor com o terceiro melhor resultado no acumulado, com 4.741 novos vínculos. Esse acumulado representou o melhor desempenho relativo entre os setores, com variação de 19,9%. No primeiro período, o setor apresentou saldo de 4.390 vínculos, enquanto entre março e maio foram gerados outros 588 empregos formais, registrando o melhor resultado do período. Por

fim, apesar de ter apresentado queda de 237 vínculos no terceiro período, o saldo acumulado continuou positivo em 2020.

Os grupamentos de construção (4.613), atividades profissionais, científicas e técnicas (2.484), saúde humana e serviços sociais (1.705), informação e comunicação (972), atividades financeiras, de seguros e relacionadas (219), atividades imobiliárias (95) e indústrias extrativas (74) também apresentaram resultados positivos no acumulado do ano. Com relação ao estoque de empregos registrado em 2019, esses setores apresentaram variações de 4,6%, 4,4%, 2,3%, 2,1%, 0,6%, 1,3% e 1,1%, respectivamente.

A Tabela 7 apresenta os saldos acumulados por sexo em Santa Catarina entre janeiro e setembro de 2020. No período pré-pandemia, o saldo foi de 28.435 vínculos para homens e de 21.618 vínculos para mulheres. Posteriormente, no período que compreende os meses de maior retração do emprego formal, ambos os sexos apresentaram quedas semelhantes, havendo perda de 56.780 vagas entre os homens e 52.780 entre as mulheres.

Tabela 7 – Saldo por sexo (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Homens	28.435	-56.780	38.504	10.159
Mulheres	21.618	-52.434	22.321	-8.495
Total	50.053	-109.214	60.825	1.664

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Por fim, no terceiro período o saldo foi maior entre os homens (38.504) em comparação com as mulheres (22.321). Com isso, observa-se que as mulheres foram muito mais afetadas que os homens ao longo de todo o período. No acumulado do ano, o saldo para homens foi de 10.159 vínculos, enquanto para mulheres chegou a ser negativo em 8.495 vínculos. Neste caso, pode-se fazer uma correlação idêntica àquela feita para o conjunto do país, ou seja, esse resultado pode estar associado à sobrecarga das mulheres com afazeres domésticos, sobretudo tendo em vista o fechamento de creches e escolas (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020).

A Tabela 8 apresenta a distribuição do saldo de empregos formais por faixa etária. No primeiro período, o único saldo negativo foi registrado na faixa etária de 65 anos ou mais, que perdeu 379 vínculos. O restante das faixas apresentou saldo positivo, com

destaque para a faixa etária de 18 a 24 anos, que gerou 16.049 novas vagas, seguida pela faixa de até 17 anos, com 12.994 admissões líquidas.

O segundo período contempla a fase mais crítica da pandemia, refletindo em queda expressiva do emprego formal, já que a única faixa com saldo positivo foi a de até 17 anos, porém com apenas 643 vínculos. Nesse período, as faixas etárias que mais sofreram desligamentos foram de 30 a 39 anos (-28.861) e de 18 a 24 anos (-26.900).

Já no período entre junho e setembro, a maioria das faixas apresentou retomada, com destaque para os jovens entre 18 e 24 anos, que recuperaram 34.003 vagas. Por outro lado, as faixas que congregam trabalhadores mais idosos ainda não apresentaram sinais de recuperação, como no caso da faixa de 50 a 64 anos (-5.978) e de 65 anos ou mais (-1.148). Assim, o estado refletiu a tendência nacional de exclusão dos trabalhadores mais idosos do mercado formal de trabalho durante seu período inicial de recuperação.

Tabela 8 – Saldo por faixa etária (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Até 17 anos	12.994	643	11.276	24.913
18 a 24 anos	16.049	-26.900	34.003	23.152
25 a 29 anos	5.738	-19.174	10.098	-3.338
30 a 39 anos	9.443	-28.861	9.878	-9.540
40 a 49 anos	5.359	-18.259	2.696	-10.204
50 a 64 anos	849	-14.887	-5.978	-20.016
65 anos ou mais	-379	-1.776	-1.148	-3.303
Total	50.053	-109.214	60.825	1.664

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

No acumulado do ano, o pior saldo ficou por conta da faixa de 50 a 64 anos, com queda de 20.016 vínculos, seguida pela de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos, com quedas de 10.204 e 9.540 vínculos, respectivamente.

A Tabela 9 apresenta o saldo por grupamento ocupacional de Santa Catarina. No acumulado do ano, o pior resultado foi o do grupamento de trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, com queda de 29.695 vínculos. No período pré-pandemia, esse grupamento apresentou saldo de 1.134 vínculos, no segundo período queda de 32.320 vínculos e no terceiro período queda de 1.491 vínculos.

Além desse, outros três grupamentos acumularam saldos negativos: membros superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes (-3.176 vínculos); trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca

(-566 vínculos); e não identificados (-131 vínculos). À exceção dos vínculos com idades não identificadas, os saldos negativos de todos os demais grupamentos estão relacionados ao resultado ruim do segundo período.

Tabela 9 – Saldo por grupamento ocupacional (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1.992	-2.146	453	299
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	25.526	-43.428	44.620	26.718
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2.360	-3.199	273	-566
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1.134	-32.320	1.491	-29.695
Trabalhadores de serviços administrativos	9.067	-17.774	11.581	2.874
Técnicos de nível médio	5.682	-6.756	3.673	2.599
Profissionais das ciências e das artes	4.498	-875	-881	2.742
Membros superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	-209	-2.707	-260	-3.176
Não identificado	3	-9	-125	-131
Total	50.053	-109.214	60.825	1.664

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

Já o melhor resultado foi o dos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, que acumulou 26.718 novos vínculos. No primeiro e no terceiro períodos, o grupamento gerou 25.526 e 44.620 empregos formais, respectivamente. Esses saldos compensaram a queda de 43.428 vínculos registrada no segundo período.

Além desse grupamento, outros quatro acumularam resultados positivos: trabalhadores de serviços administrativos (2.874 vínculos); profissionais das ciências e das artes (2.742 vínculos); técnicos de nível médio (2.599 vínculos) e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção (299 vínculos). No caso de profissionais das ciências e das artes, o resultado se manteve positivo devido ao período pré-pandemia. Já no caso de trabalhadores de serviços administrativos, técnicos de nível médio e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção, o terceiro período também contribuiu para evitar que a queda não levasse a um resultado negativo no acumulado.

A Tabela 10 apresenta os dez municípios de Santa Catarina com o pior desempenho acumulado no ano. Florianópolis ocupa a primeira colocação, com saldo negativo de 13.456 vínculos. Em seguida, aparecem Balneário Camboriú (-5.116), Bombinhas (-1.321), São João Batista (-1.024), Itapema (-874). Exceto São João Batista, todas as demais cidades têm grande parte de suas atividades econômicas vinculadas à

cadeia turística, a qual foi fortemente atingida pelas medidas adotadas para conter a pandemia.

Em termos relativos, as maiores quedas ocorreram em Bombinhas (-24,9%) e Garopaba (-14%), em razão da concentração das ocupações nos setores relacionados ao comércio e aos serviços de alojamento e alimentação. A terceira maior queda foi registrada em São João Batista (-11,9%), que foi fortemente atingida pela perda de empregos na indústria calçadista⁵, e a quarta em Sombrio, principalmente em razão da queda na confecção de artigos de vestuário e acessórios.

Tabela 10 - Saldo nos dez municípios com pior desempenho acumulado no ano (Santa Catarina, acumulados entre janeiro e setembro de 2020).

	Estoque/2019	Jan-fev	Mar-mai	Jun-set	Acumulado	Var. (%)
Florianópolis	192.640	1.591	-13.626	-1.421	-13.456	-7,0
Balneário Camboriú	47.646	-172	-5.000	56	-5.116	-10,7
Bombinhas	5.310	-133	-1.504	316	-1.321	-24,9
São João Batista	8.592	1.002	-2.291	265	-1.024	-11,9
Itapema	20.032	255	-1.312	183	-874	-4,4
Tubarão	35.744	584	-1.995	636	-775	-2,2
Garopaba	5.230	-175	-761	204	-732	-14,0
Blumenau	123.646	4.223	-8.100	3.201	-676	-0,5
Sombrio	6.360	94	-697	-27	-630	-9,9
Imbituba	10.173	21	-726	130	-575	-5,7

Fonte: Novo Caged (2020); Elaboração: Necat/UFSC.

No segundo período podemos observar os impactos da crise associada à pandemia em todas as regiões do estado. Entre março e maio, todos os dez municípios relacionados apresentaram saldos negativos expressivos, com destaque para Florianópolis (-13.626), Blumenau (-8.100) e Balneário Camboriú (-5.000). Finalmente, no terceiro período notou-se o início de uma recuperação, porém sem atingir todos os municípios. Por um lado, as cidades com maior presença de atividades industriais tenderam a apresentar recuperação mais acelerada, como foi o caso de Blumenau, cujo saldo de 3.201 vínculos no período se deve, em grande medida, à retomada da indústria têxtil. Por outro lado, a cidade de Florianópolis apresentou novamente o pior resultado dentre todos os municípios do estado (-1.421 vínculos), com a continuidade do fechamento de vagas nos serviços de alojamento e alimentação e nos transportes. Nos demais casos listados, houve

⁵ A indústria calçadista de São João Batista fechou cerca da metade de todos seus postos formais de trabalho nos três primeiros trimestres de 2020.

uma retomada muito lenta dos empregos perdidos, resultando em déficits no acumulado do ano.

4. CONCLUSÃO

A análise realizada neste artigo seguiu dois procedimentos básicos. Por um lado, observou-se o comportamento dos vínculos formais de trabalho no acumulado do ano com dados disponíveis (janeiro-setembro), bem como em três períodos distintos assim discriminados: anterior ao início da pandemia (meses de janeiro e fevereiro); período agudo da pandemia (março a maio); e período de retomada das atividades (junho a setembro). Por outro, foram considerados quatro indicadores básicos (grupamento de atividades econômicas, sexo, faixa etária e grupamento ocupacional) para analisar a dinâmica do mercado formal de trabalho em tempos de pandemia. Tais análises foram elaboradas simultaneamente para Santa Catarina e para o conjunto do país.

Em termos do comportamento acumulado do mercado formal de trabalho em 2020, nota-se que o Brasil sofreu uma queda de 4% em seu estoque de vínculos formais no período mais agudo da crise (março a maio), percentual que, em termos absolutos, representou o corte de 1.569.948 vínculos. Parte dessa perda foi recuperada com a retomada das atividades econômicas, porém os 672 mil vínculos criados entre junho e setembro representaram apenas 43% das perdas ocorridas no período anterior. Com isso, por mais que o Governo Federal tenha feito alarde sobre os resultados obtidos em setembro de 2020, o saldo no ano continua sendo negativo em 558.597 vínculos, o que contribui para manter as taxas de desemprego do país em níveis elevados. Já o estado de Santa Catarina, por ter apresentado historicamente uma taxa de formalidade acima da média nacional, obteve uma expressiva recuperação dos vínculos formais entre junho e setembro, fazendo com que o saldo acumulado ficasse positivo e retornasse ao patamar do final de 2019.

Quanto aos grupamentos de atividades econômicas, observa-se que no conjunto do país os setores mais afetados foram o de alojamento e alimentação (-347 mil vínculos) e o comércio, que perdeu mais de 345 mil vínculos. Somam-se a esses os setores de transportes, armazenagem e correios; atividades administrativas e serviços complementares; educação e outros serviços. Registre-se o bom desempenho da indústria de transformação, que praticamente zerou seu déficit no último mês da série. O resultado geral poderia ser muito pior caso os setores de agropecuária, construção, indústria

extrativa e administração pública, defesa e seguridade social não tivessem aberto novas vagas no período. No caso de Santa Catarina, verificam-se muitas semelhanças com os resultados do país, uma vez que os setores mais afetados são praticamente os mesmos. O destaque positivo ficou por conta do papel importante exercido pela indústria de transformação, seguida pelos setores de construção, administração pública, atividades administrativas e atividades profissionais, científicas e técnicas.

Do ponto de vista da distribuição dos vínculos por sexo, nota-se que durante a fase mais aguda da pandemia no Brasil (março a maio) o volume de demissões de homens foi ligeiramente superior ao de mulheres. Todavia, durante o período de retomada das atividades econômicas, a cada vaga aberta para mulheres, correspondiam mais de quatro vagas para homens. Essa situação também se verificou em Santa Catarina, porém em menor grau. Mesmo assim, o saldo acumulado de vínculos formais para mulheres continua negativo em mais de oito mil vagas. Com isso, percebe-se que tanto no Brasil como em Santa Catarina as mulheres foram as mais afetadas pelos impactos da Covid-19 no mercado de trabalho.

Em relação às faixas etárias dos trabalhadores, observa-se que os mais afetados durante a pandemia foram os jovens entre 18 a 24 anos e os trabalhadores da faixa entre 30 e 39 anos de idade. Com a retomada das atividades houve maior volume de contratações exatamente nessas duas faixas, enquanto os trabalhadores mais idosos (das faixas acima de 50 anos de idade) foram os mais prejudicados. Em parte, isso pode ser explicado pela maior dificuldade de adaptação desses trabalhadores ao trabalho remoto, bem como por serem pessoas de maior risco à Covid-19.

Do ponto de vista dos grupamentos ocupacionais, verifica-se que os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, trabalhadores de serviços administrativos e membros superiores do poder público, dirigentes de empresas e gerentes foram os mais afetados, sendo que as duas últimas categorias vêm apresentando perdas desde antes do início da pandemia. Já os melhores resultados foram obtidos pelos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, que tiveram ótima recuperação no período entre junho e setembro. No caso catarinense, situação é muito semelhante ao Brasil em relação às categorias que foram mais afetadas. Já em termos de resultados positivos, além daquelas também verificadas no conjunto do país, acrescentam-se os trabalhadores dos serviços administrativos, profissionais de ciências e artes, técnicos de nível médio e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção. Essas últimas categorias tiveram ótimo desempenho no terceiro período considerado.

Finalmente, quando são considerados os dez municípios com maiores perdas de empregos formal no estado, observa-se que no topo da lista figuram exatamente aqueles municípios cuja dinâmica do mercado formal de trabalho está mais atrelada à cadeia turística e ao comércio, particularmente os que compõem os circuitos litorâneos da região da capital do estado, do norte e do sul. Neste caso, destacam-se os municípios de Florianópolis, Balneário Camboriú, Bombinhas, Itapema, Garopaba e Imbituba. Além disso, destaca-se, ainda, São João Batista, localizada na microrregião de Tijucas, que foi fortemente atingida pela perda de empregos na indústria calçadista. Já nas cidades com maior presença de atividades industriais, que haviam sido fortemente afetadas na fase mais aguda da pandemia, a exemplo de Blumenau, Brusque, Joinville e Jaraguá do Sul, notou-se um processo de recuperação dos vínculos formais em ritmo bem mais acelerado, comparativamente a outras localidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. *et al.* **Substituição da captação dos dados do Caged pelo eSocial: implicações para as estatísticas do emprego formal.** 2020. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200811_BMT_69_substituicao_da_capacidade.pdf>.

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. **Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?** IPEA/DISOC, 2020. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercadetrabalho.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

CACCIAMALI, M. C. Desgaste da legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: POSTHUMA, A. C. **Abertura comercial e ajuste no mercado de trabalho no Brasil**, São Paulo: Ed.34, 1999, p. 207-232.

CARDOSO JR, José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. In: **Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 31-59, nov/2001.

CHAHAD, J. P. Z. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: FILHO, F. M. M. (Org.) **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

HEINEN, V. L.; MATTEI, L. **Primeiros impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho catarinense.** 2020. Disponível em: <necat.ufsc.br/primeiros-impactos-da-crise-da-covid-19-no-mercado-de-trabalho-catarinense/>. Acesso em: 10 out. 2020.

KREIN, J. D. *et al.* Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 52, 2018, p. 41-66.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 4, out-dez/2020, p. 647-668.

MATTOS, F. A. M. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, dez/2015, p. 69-85.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desemprego**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

NOVO CAGED. **Painel de informações do Novo Caged**. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/dCOX9>. Acesso em: 31 out. 2020.

RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil Metropolitano. In: **Textos para Discussão**, Rio de Janeiro: IPEA, nº 914, 2002.

SEPRT – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Resumo Executivo: Divulgação das estatísticas mensais do emprego formal**. 2020. Disponível em: <http://antigo.trabalho.gov.br/images/Documentos/CAGED/2020/Resumo_executivo_nota_tecnica.pdf>.

Recebido em 11 de novembro de 2020 e aceito em 24 de novembro de 2020.